Câmara Municipal de Pompeia

Estado de São Paulo

Rua João da Costa Vieira, 584 - Cx. Postal 46 - CEP 17580-000 - Telefax (14) 3452-1405 - Pompeia - SP

CNPJ: 51.497.675/0001-29 | www.camarapompeia.sp.gov.br | e-mail: cmpompeia@camarapompeia.sp.gov.br

REQUERIMENTO N.º 141 **/2019** **Proc.** 43.549 **Of.** 326/2019

AUTOR: LUIZ FERNANDO VIDRICH PAZIN

ASSUNTO: Solicita informação ao SAAE referente à qualidade da água que abastece o Município.

Aprovado por 10 a 0 votos

Rejeitado por .....a.....votos

Pompeia, 22 /04/2019

Presidente

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pompeia:

Considerando a publicação da reportagem intitulada "Coquetel" com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios, de 15 de abril de 2019, acessada no endereço https://portrasdoalimento.info/2019/04/15/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios/, cópia anexa;

Considerando que a matéria relata que um coquetel que mistura diferentes agrotóxicos foi encontrado na água de 1 em cada 4 cidades do Brasil entre 2014 e 2017, período esse em que as empresas de abastecimento de 1.396 municípios detectaram todos os 27 pesticidas que são obrigados por lei a testar;

Considerando que referidos dados são do Ministério da Saúde e foram obtidos e tratados em investigação conjunta da Repórter Brasil, Agência Pública e a organização suíça Public Eye, sendo que tais informações são parte do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), que reúne os resultados de testes feitos pelas empresas de abastecimento;

Considerando que a consulta revela que foram encontrados 27 agrotóxicos na água que abastece o Município de Pompeia entre 2014 e 2017, nenhum deles acima do limite considerado seguro no Brasil na água de Pompéia entre 2014 e 2017, porém 18 agrotóxicos acima do limite considerado seguro na União Europeia entre 2014 e 2017;

Requeiro, nos termos regimentais, após ouvido o douto plenário e se aprovado for, que esta Casa de Leis envie ofício ao Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Pompeia solicitando que nos informe quais providências a Autarquia planeja tomar visando zelar pela qualidade da água que abastece o Município quanto ao resultado dos dados do Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2019.

Valentin Marques de Abreu
Vereador

Carlos Rogério Barbosa
Vereador

Vanderlei Ribeiro dos Santos
Vereador

LUIZ FERNANDO VIDRICH PAZIN
Vereador - PSDB

José Pereira da Silva Filho
Vereador

"Coquetel" com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios

São Paulo, Rio de Janeiro e outras 1.300 cidades acharam agrotóxicos na rede de abastecimento. Dados do Ministério da Saúde revelam que a água do brasileiro está contaminada com substâncias que podem causar doenças graves. Maioria dos agrotóxicos encontrados estão abaixo do limite máximo estipulado pela legislação brasileira, mas acima da União Europeia

Ana Aranha · Luana Rocha | Agência Pública/Repórter Brasil

15 de abril de 2019

Um coquetel que mistura diferentes agrotóxicos foi encontrado na água de 1 em cada 4 cidades do Brasil entre 2014 e 2017. Nesse período, as empresas de abastecimento de 1.396 municípios detectaram todos os 27 pesticidas que são obrigados por lei a testar. Desses, 16 são classificados pela Anvisa como extremamente ou altamente tóxicos e 11 estão associados ao desenvolvimento de doenças crônicas como câncer, malformação fetal, disfunções hormonais e reprodutivas. Entre os locais com contaminação múltipla estão as capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Manaus, Curitiba, Porto Alegre, Campo Grande, Cuiabá, Florianópolis e Palmas.

Os dados são do Ministério da Saúde e foram obtidos e tratados em investigação conjunta da **Repórter Brasil**, **Agência Pública** e a organização suíça Public Eye. As informações são parte do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), que reúne os resultados de testes feitos pelas empresas de abastecimento.

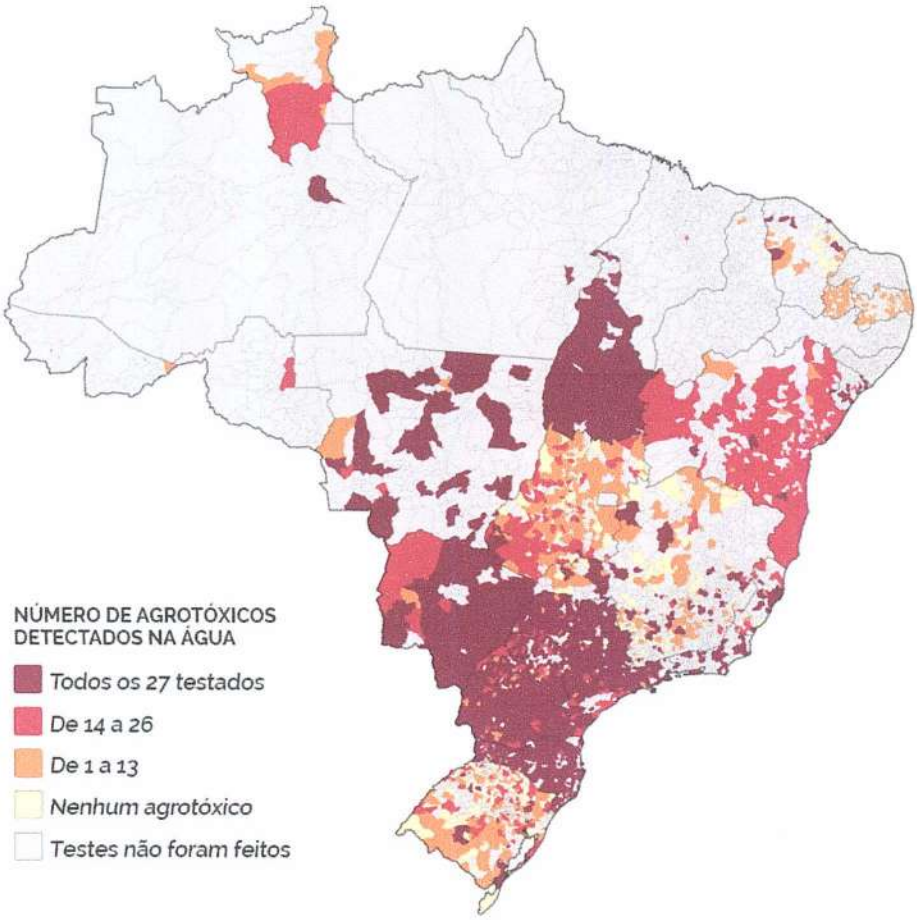
Os números revelam que a contaminação da água está aumentando a passos largos e constantes. Em 2014, 75% dos testes detectaram agrotóxicos. Subiu para 84% em 2015 e foi para 88% em 2016, chegando a 92% em 2017. Nesse ritmo, em alguns anos, pode ficar difícil encontrar água sem agrotóxico nas torneiras do país.

Embora se trate de informação pública, os testes não são divulgados de forma compreensível para a população, deixando os brasileiros no escuro sobre os riscos que correm ao beber um copo d'água. Em um esforço conjunto, a **Repórter Brasil**, a **Agência Pública** e a organização suíça Public Eye fizeram um mapa interativo com os agrotóxicos encontrados em cada cidade. O mapa revela ainda quais estão acima do limite de segurança de acordo com a lei do Brasil e pela regulação europeia, onde fica a Public Eye.

Saiba o nível de contaminação da sua cidade clicando na imagem abaixo.

QUEM BEBE AGROTÓXICOS?

Clique na imagem para descobrir quais pesticidas foram encontrados na rede de abastecimento de água da sua cidade de 2014 a 2017



Fonte: Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua) - 2014-2017

O retrato nacional da contaminação da água gerou alarde entre profissionais da saúde. "A situação é extremamente preocupante e certamente configura riscos e impactos à saúde da população", afirma a toxicologista e médica do trabalho Virginia Dapper. O tom foi o mesmo na reação da pesquisadora em saúde pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Pernambuco, Aline Gurgel: "dados alarmantes, representam sério risco para a saúde humana".

Entre os agrotóxicos encontrados em mais de 80% dos testes, há cinco classificados como "prováveis cancerígenos" pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos e seis apontados pela União Europeia como causadores de disfunções endócrinas, o que gera diversos problemas à saúde, como a puberdade precoce. Do total de 27 pesticidas na água dos brasileiros, 21 estão proibidos na União Europeia devido aos riscos que oferecem à saúde e ao meio ambiente.

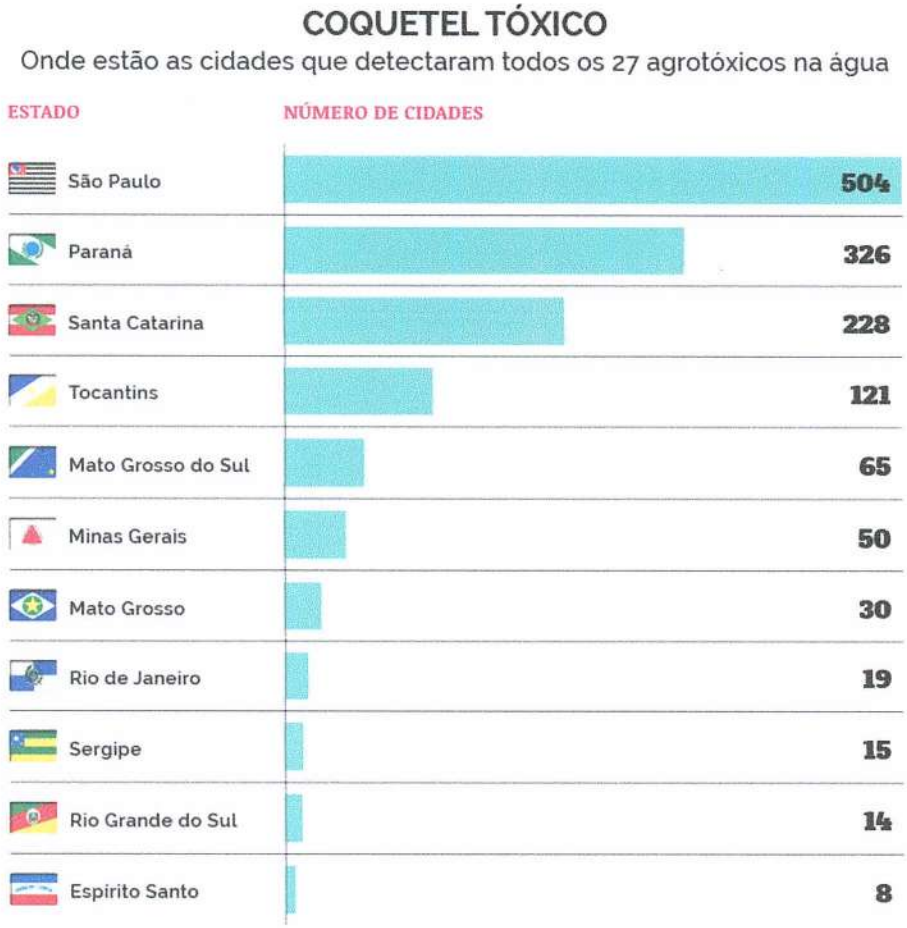
A falta de monitoramento também é um problema grave. Dos 5.570 municípios brasileiros, 2.931 não realizaram testes na sua água entre 2014 e 2017.

Coquetel tóxico

A mistura entre os diversas químicos foi um dos pontos que mais gerou preocupação entre os especialistas ouvidos. O perigo é que a combinação de substâncias multiplique ou até mesmo gere novos efeitos. Essas reações já foram demonstradas em testes, afirma a química Cassiana Montagner. "Mesmo que um agrotóxico não tenha efeito sobre a saúde humana, ele pode ter quando

mistura com outra substância", explica Montagner, que pesquisa a contaminação da água no Instituto de Química da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), de São Paulo. "A mistura é uma das nossas principais preocupações com os agrotóxicos na água".

Os paulistas foram os que mais beberam esse coquetel nos últimos anos. O estado foi recordista em número de municípios onde todos os 27 agrotóxicos estavam na água. São mais de 500 cidades, incluindo a grande São Paulo – Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André e Osasco – além da própria capital. E algumas das mais populosas, como Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Sorocaba. O Paraná foi o segundo colocado, com coquetel presente em 326 cidades, seguido por Santa Catarina e Tocantins.



Fonte: Sistema de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua) (2014-2017)

Os especialistas falam muito sobre a "invisibilidade" do efeito coquetel. As políticas públicas não monitoram a interação entre as substâncias porque os estudos que embasam essas políticas não apontam os riscos desse fenômeno. "Os agentes químicos são avaliados isoladamente, em laboratório, e ignoram os efeitos das misturas que ocorrem na vida real", diz a médica e toxicologista Dapper.

Por isso, ela lamenta, as pessoas que já estão desenvolvendo doenças em decorrência dessa múltipla contaminação provavelmente nunca saberão a origem da sua enfermidade. Nem os seus médicos.

Questionado sobre quais medidas estão sendo tomadas, o Ministério da Saúde enviou respostas por email reforçando que "a exposição aos agrotóxicos é considerada grave problema de saúde pública" e listando efeitos nocivos que podem gerar "puberdade precoce, aleitamento alterado, diminuição da fertilidade feminina e na qualidade do sêmen; além de alergias, distúrbios gastrintestinais, respiratórios, endócrinos, neurológicos e neoplasias" (Leia a íntegra das respostas do Ministério da Saúde).

A resposta, porém, ressalta que ações de controle e prevenção só podem ser tomadas quando o resultado do teste ultrapassa o máximo permitido em lei. E aí está o problema: o Brasil não tem um limite fixado para regular a mistura de substâncias.

> "O esforço deve ser na prevenção porque o sistema de tratamento convencional não é capaz de remover os agrotóxicos da água", diz Rubia Kuno, da Cetesb

Essa é uma das reivindicações dos grupos que pedem uma regulação mais rígida para os agrotóxicos. "É um absurdo esse problema ficar invisível no monitoramento da água e não haver ações para controlá-lo", afirma Leonardo Melgarejo, engenheiro de produção e membro da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e Pela Vida "Se detectar diversos agrotóxicos, mas cada um abaixo do seu limite individual, a água será considerada potável no Brasil. Mas a mesma água seria proibida na França".

Ele se refere à regra da União Europeia que busca restringir a mistura de substâncias: o máximo permitido é de 0,5 microgramas em cada litro de água – somando todos os agrotóxicos encontrados. No Brasil, há apenas limites individuais. Assim, somando todos os limites permitidos para cada um dos agrotóxicos monitorados, a mistura de substâncias na nossa água pode chegar a 1.353 microgramas por litro sem soar nenhum alarme. O valor equivale a 2.706 vezes o limite europeu.



O risco das pequenas quantidades

Mesmo quando se olha a contaminação de cada agrotóxico isoladamente, o quadro preocupa. Dos 27 agrotóxicos monitorados, 20 são listados como altamente perigosos pela Pesticide Action Network, grupo que reúne centenas de organizações não governamentais que trabalham para monitorar os efeitos dos agrotóxicos.

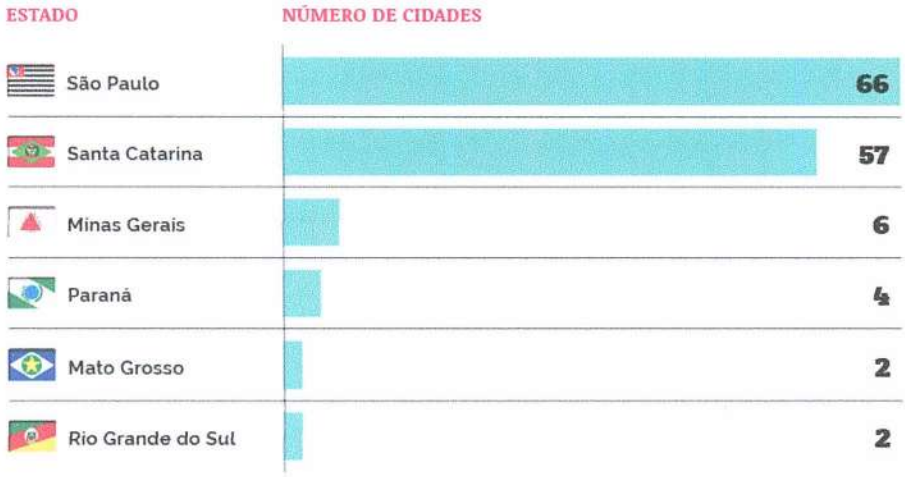
Mas, aos olhos da lei brasileira, o problema é pequeno. Apenas 0,3% de todos os casos detectados de 2014 a 2017 ultrapassaram o nível considerado seguro para cada substância. Mesmo considerando os casos em que se monitora dez agrotóxicos proibidos no Brasil, são poucas as situações em que a presença deles na água soa o alarme.

E esse é o segundo alerta feito por parte dos pesquisadores: os limites individuais seriam permissivos. "Essa legislação está há mais de 10 anos sem revisão, é muito atraso do ponto de vista científico" afirma a química Montagner. "É como usar uma TV antiga, pequena e preto e branco, quando você pode ter acesso a uma HD de alta definição".

Ela se refere a pesquisas mais recentes sobre os riscos do consumo frequente e em quantidades menores, um tipo de contaminação que não gera reações imediatas. "Talvez certo agrotóxico na água não leve 15% da cidade para o hospital no mesmo dia. Mas o consumo contínuo gera efeitos crônicos ainda mais graves, como câncer, problemas na tireoide, hormonal ou neurológico", alerta Montagner. "Já temos evidências científicas, mas a água contaminada continua sendo considerada como potável porque não se olha as quantidades menores", afirma.

CONTINUAMENTE CONTAMINADOS

Estados com o maior número de cidades onde o mesmo agrotóxico foi encontrado na água por quatro anos seguidos



Fonte: Sistema de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua) (2014-2017)

Em resposta a essa crítica, um grupo de trabalho foi criado pelo Ministério da Saúde para rever os limites da contaminação. "Estamos fazendo um trabalho criterioso", afirma Ellen Pritsch, engenheira química e representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental no grupo. Segundo ela, pesquisas internacionais e regulações de outros países estão sendo levados em conta. Criado em 2014, a previsão é que os trabalhos sejam concluídos em setembro.

Pelo menos 144 cidades detectaram o mesmo pesticida de modo contínuo durante os quatro anos de medições seguidos, segundo os dados. Mais uma vez, São Paulo é o recordista desse fenômeno de intoxicação. Especialistas ouvidos pela reportagem apontam o uso de pesticidas na produção de cana de açúcar como a provável origem para a larga contaminação do estado. "A cultura da cana é a que tem mais herbicidas registrados. Como São Paulo é um dos maiores produtores de cana, isso justifica sua presença elevada [de pesticidas na água]", afirma Kassio Mendes, coordenador do comitê de qualidade ambiental da Sociedade Brasileira da Ciência das Plantas Daninhas.

O diuron, um dos principais herbicidas usados pelo setor, foi detectado em todos os testes feitos na água dos mananciais das regiões onde mais se cultiva cana no estado, segundo dados de 2017 da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). A substância é uma das apontadas como provável cancerígena pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos.

São Paulo é o estado recordista no número de cidades com contaminação contínua e onde todos os 27 agrotóxicos estavam na água

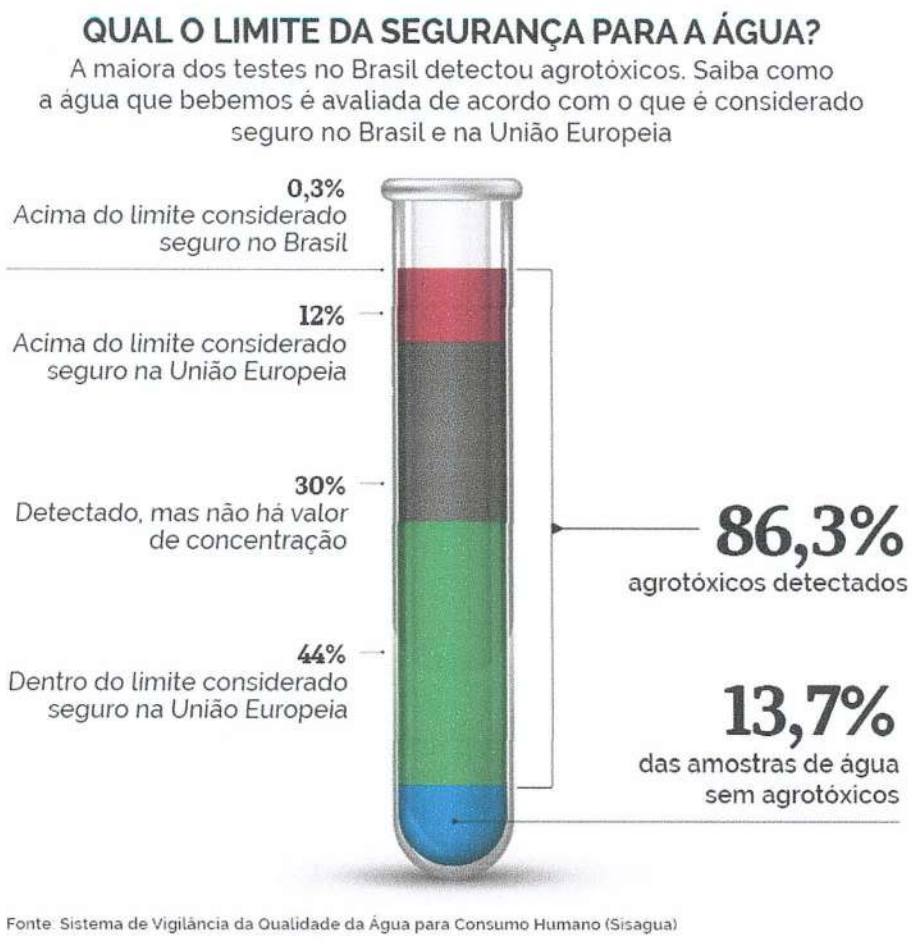
De quem é a responsabilidade?

Depois de contaminada, são poucos os tratamentos disponíveis para tirar o agrotóxico da água. "Alguns filtros são capazes de tirar alguns tipos de agrotóxicos, mas não há um que dê conta de todos esses", afirma Melgarejo. "A água mineral vem de outras fontes, mas que são alimentadas pela água que corre na superfície, então eventualmente também serão contaminadas".

O trabalho preventivo, ou seja, evitar que os agrotóxicos cheguem aos mananciais, deveria ser primordial, afirma Rubia Kuno, gerente da divisão de toxicologia humana e saúde ambiental da Cetesb. "O esforço deve ser na prevenção porque o sistema de tratamento convencional não é capaz de remover os agrotóxicos da água", afirma.

É grande o debate sobre a complexidade em se enfrentar o problema, mas é difícil encontrar quem está assumindo a responsabilidade.

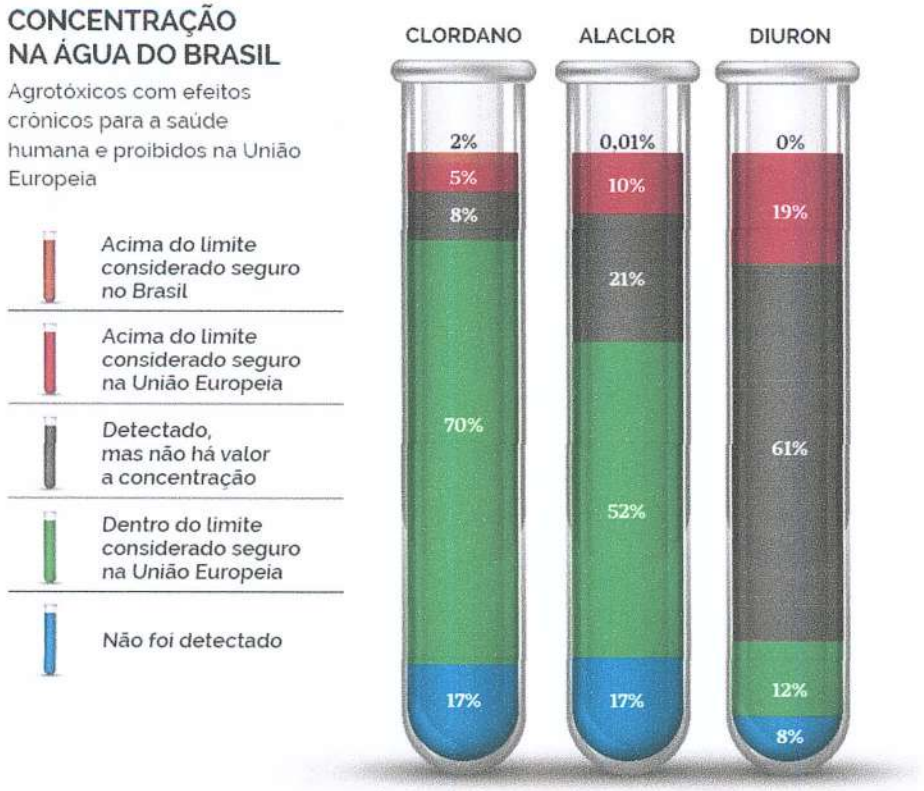
A reportagem procurou as secretarias do Meio Ambiente, Agricultura e Saúde e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) para entender quais ações são tomadas no estado com o maior índice de contaminação. As respostas foram dadas pela Sabesp e pela assessoria do meio ambiente com informações técnicas sobre o monitoramento. Nem as secretarias nem a empresa esclareceram o que está sendo feito para controlar ou prevenir o problema. (Leia a íntegra das respostas da Sabesp e da Secretaria do Meio Ambiente)



O Ministério da Saúde diz que a vigilância sanitária dos municípios e dos estados deve dar o alerta aos prestadores de serviços de abastecimento de água para que tomem as providências de melhoria no tratamento da água. "Caso os dados demonstrem que o problema ocorre de forma sistemática, é preciso buscar soluções a partir da articulação com os demais setores envolvidos, como órgãos de meio ambiente, prestadores de serviço e produtores rurais", diz a nota enviada pelo órgão.

Questionado sobre quais ações estão sendo tomadas, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), que representa os produtores de agrotóxicos, fez uma defesa sobre a segurança dos pesticidas. Em nota, o grupo afirma que a avaliação feita pela Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura garante que eles são seguros ao trabalhador, população rural e ao meio ambiente "sempre que utilizados de acordo com as recomendações técnicas aprovadas e indicadas em suas embalagens".

O sindicato afirma que a aplicação correta dos produtos no campo é um desafio e atribui a responsabilidade aos trabalhadores que aplicam os pesticidas. "O setor de defensivos agrícolas realiza iniciativas para garantir a aplicação correta de seus produtos, uma vez que alguns problemas estruturais da agricultura como a falta do hábito da leitura de rótulo e bula e analfabetismo no campo trazem um desafio adicional de cumprimento às recomendações de uso".



Fonte: Sistema de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua)

Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil as empresas que produzem agrotóxicos não se envolvem com o monitoramento da água, que é custeado pelos cofres públicos e pelas empresas de abastecimento.

Em Santa Catarina, que está entre os três estados com maior contaminação, o Ministério Público Estadual chamou a responsabilidade de prefeituras, secretarias estaduais, concessionárias de água, agências reguladoras e sindicatos de produtores e trabalhadores rurais. A iniciativa partiu dos resultados de um estudo inédito que encontrou agrotóxicos na água de 22 municípios. "Alertamos todos os órgãos públicos e privados envolvidos para buscar soluções, é preciso aplicar medidas corretivas para diminuir os riscos dos cidadãos", diz a promotora Greicia Malheiros, responsável pela investigação. A iniciativa teve início em março desse ano e ainda não tem resultados.

Mais do que remediar a contaminação da água, a coordenadora técnica do estudo, a engenheira química Sonia Corina Hess, defende a proibição do uso dos pesticidas que oferecem maior risco. Das substâncias encontradas em seu estudo no estado catarinense, sete estão proibidas na União Europeia por oferecer risco à saúde humana. "Tem que proibir o que é proibido lá fora, tem que proibir o que é perigoso. Se faz mal para eles porque no Brasil é permitido?", questiona.



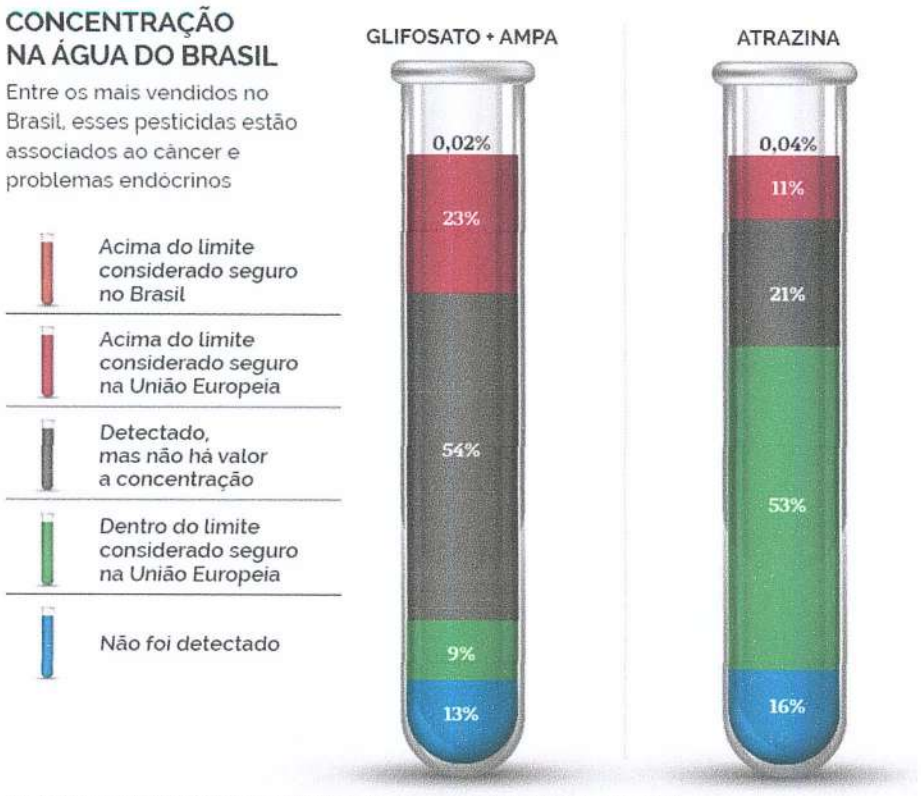
Perigoso na Europa, permitido no Brasil

O controle da água feito pelo Brasil também está distante dos parâmetros da União Europeia. Com o objetivo de eliminar a contaminação, o continente fixou a concentração máxima na água em 0,1 micrograma por litro – valor que era o mínimo detectável quando a regulação foi criada.

Para descobrir como a água do Brasil seria avaliada pelo padrão europeu, a organização Public Eye classificou os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde segundo o critério daquele continente. Alguns dos agrotóxicos mais perigosos ultrapassaram os limites europeus em mais de 20% dos testes. Entre eles, o glifosato e o mancozebe, ambos associados a doenças crônicas, e o aldicarbe, proibido no Brasil e classificado pela Anvisa como "o agrotóxico mais tóxico registrado no país, entre todos os ingredientes ativos utilizados na agricultura".

O glifosato é o caso mais revelador sobre as peculiaridades do Brasil na regulação sobre agrotóxicos. Classificado como "provável carcinogênico" pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer, órgão da Organização Mundial da Saúde, o pesticida está sendo discutido em todo o mundo. Há milhares de pacientes com câncer processando os fabricantes nos Estados Unidos – e vencendo nos tribunais – além de protestos e petições pedindo a sua proibição na Europa. Não há consenso, entre as agências reguladoras, sobre sua classificação. No Brasil, que oficialmente colocou a substância em revisão desde 2008, o Ministério da Agricultura liberou novos registros para a venda de glifosato no início deste ano. O pesticida passou a ser vendido em novas formas, quantidades e por número maior de fabricantes.

Nos testes com a água do país, a controversa substância foi a que mais ultrapassou a margem de segurança segundo o critério da União Europeia: 23% dos casos acima do limite. Pela lei brasileira, o glifosato foi um dos que menos soou o alarme: apenas 0,02% dos testes ultrapassaram o nosso limite.



Fonte: Sistema de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua)

"Isso é um escândalo de saúde pública. Nós colocamos o limite alto, lá na estratosfera, e aí comemoramos que temos uma água segura", questiona a pesquisadora Larissa Bombardi, professora de geografia na Universidade de São Paulo e autora de um atlas que compara a lei brasileira e europeia no controle dos agrotóxicos. Seu estudo revela como nossos limites chegam a ser 5 mil vezes mais altos que os europeus. O caso mais grave é o do glifosato somado ao ampa: enquanto na Europa é permitido apenas 0,1 microgramas por litro na água, aqui no Brasil a legislação permite até 500 microgramas por litro.

Como o glifosato é o agrotóxico mais vendido no país, e também o que tem o limite mais generoso para presença na água, Bombardi lança suspeitas sobre os critérios usados: "no caso do glifosato é realmente difícil encontrar justificativa científica, parece ser mais uma decisão política e econômica". O pesticida foi o mais consumido em 2017 no Brasil com 173 mil toneladas vendidas, segundo o Ibama. O volume corresponde a 22% das estimativas de vendas para esse químico em todo o mundo no mesmo ano – o que faz do Brasil um importante mercado para as fabricantes, entre elas as gigantes Syngenta e a Monsanto – comprada pela Bayer no ano passado.

POR QUE TANTA DIFERENÇA?

Enquanto a União Europeia tem critérios mais rígidos, o Brasil permite concentração maior de agrotóxicos na água



TIPO DE AGROTÓXICO	LIMITE MÁXIMO		QUANTAS VEZES O LIMITE MÁXIMO NO BRASIL É MAIOR QUE NA UNIÃO EUROPEIA
	UE	BRASIL	
2,4D HERBICIDA	0,1	30	300
Clorpirifós INSETICIDA/ACARICIDA	0,1	30	300
Diuron HERBICIDA	0,1	90	900
Mancozebe FUNGICIDA/ACARICIDA	0,1	180	1.800
Tebuconazol FUNGICIDA	0,1	180	1.800
Glifosato HERBICIDA	0,1	500	5.000

Fonte: Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia, Larissa Bombardi/2017

Limites generosos

A larga diferença entre os limites fixados pela União Europeia e pelo Brasil é um dos principais argumentos dos críticos do uso da substância no Brasil. "Essa diferença só pode se dar por dois motivos. Ou porque nossa sociedade é mais forte, somos seres mais resistentes aos agrotóxicos. Ou mais tola, porque estamos sendo ingênuos quanto aos riscos que corremos", provoca Melgarejo, da Campanha Contra os Agrotóxicos.

A engenheira química Ellen Pritsch, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental no grupo de trabalho que reavalia os limites dos pesticidas na água, discorda. Para ela, os atuais limites são seguros e foram fixados com embasamento científico. "O critério brasileiro é dez vezes menor do que o efeito que geraria problema. Então, mesmo que seja encontrado um percentual acima esse valor, ainda assim seria menor [estaria abaixo do risco]", afirma.

> "Isso é um escândalo de saúde pública. Nós colocamos o limite alto, lá na estratosfera, e aí comemoramos que temos uma água segura", diz a pesquisadora Larissa Bombardi

Antes de aprovar os registros dos agrotóxicos, as empresas fabricantes entregam estudos com testes feitos com animais em laboratórios. O Sindiveg, sindicato da indústria de fabricantes de pesticidas, defende que esses estudos são o suficiente para avaliar os riscos das substâncias. "São estudos de bioconcentração em peixes e micro-organismo, algas e organismos do solo, abelhas, microcrustáceos, peixes e aves", afirma nota enviada pelo Sindiveg em resposta às perguntas da reportagem (Leia na íntegra).

A principal reivindicação dos grupos que fazem campanha pelo controle dos agrotóxicos é por mais restrição e até pela proibição de alguns dos pesticidas hoje aprovados no país, como a atrazina, o acefato e o paraquate, que são campeões de venda no Brasil, mas proibidos na União Europeia.



Chamada à Câmara para explicar as liberações de novos registros de agrotóxicos, a ministra da Agricultura chamou de "desinformação" os estudos que apontam os riscos dessas substâncias (Foto: Agência Câmara)

Mas o governo aponta na direção oposta. A responsável pela pasta da agricultura, ex-líder da bancada ruralista Tereza Cristina, foi presidente da comissão especial na Câmara que aprovou, em junho passado, o Projeto de Lei que propõe agilizar a aprovação de novos agrotóxicos no país. Apelidado pelos críticos como o "PL do veneno", já gerou grande polêmica, sendo criticado em uma carta assinada por mais de 20 grupos da comunidade científica.

Sem previsão de conseguir maioria no Congresso para aprovar o PL, a estratégia parece ter mudado. Desde o início do ano, o Ministério da Agricultura publicou novos registros para 152 agrotóxicos, uma velocidade recorde de 1,5 aprovações por dia. Chamada para esclarecer as liberações em audiência na Câmara na última terça-feira (9), a ministra disse que "não existe liberação geral" e que longos processos de aprovação só atrasam o agronegócio brasileiro. Ela chamou de "desinformação" os estudos que apontam os riscos dessas substâncias e, usando o mesmo argumento do sindicato dos produtores de agrotóxicos, declarou que as intoxicações ocorrem devido ao modo como os trabalhadores aplicam as substâncias. Um dia depois da audiência, o governo aprovou a comercialização de mais 31 agrotóxicos no Brasil.

Atualização (17/04/2019, 18h40): o texto foi atualizado para corrigir a unidade de medida para controle da concentração do glifosato. O correto é microgramas por litro e não miligramas por litro, como originalmente publicado.

Outras Histórias







10.04.2019

Agricultores consomem agrotóxico porque fumam ao aplicar, diz ministra da Agricultura



Agricultores denunciam uso de agrotóxico como arma química em fazenc de Daniel Dantas ☆

15.04.2019

Tereza Cristina não apresentou estudos para embasar afirmação feita durante audiência pública na Câmara dos Deputados. Chamada para explicar aumento de aprovação de agrotóxicos, Ministra defendeu a política e culpou agricultores pela má aplicação

Ataque de glifosato a sem-terra acampados em fazenda do banqueiro em 2018 tem impacto na saúde até hoje. Para promoto de Marabá, trata-se de "prática criminosa" e "sistemática"

12.04.2019

"Coquetel" com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios

São Paulo, Rio de Janeiro e outras 1.300 cidades acharam agrotóxicos na rede de abastecimento. Dados do Ministério da Saúde revelam que a água do brasileiro está contaminada com substâncias que podem causar doenças graves. Maioria dos agrotóxicos encontrados estão abaixo do limite máximo estipulado pela legislação brasileira, mas acima da União Europeia

Conheça os 27 agrotóxicos encontrados na água que abastece as cidades do Brasil

ALACLORO O herbicida está na lista da Pesticide Action Network (PAN) available to Alarmante Perigoso. O alacloro é classificado pela União Europeia como uma substância com evidências de causar distúrbios endócrinos, que afeta o sistema hormonal sintomas da exposição ...

Agência de Jornalismo Investigativo

Início

Quem Somos

Site desenvolvido por

Baba's projects

passou a divulgar as informações no portal Dados Abertos do governo federal, onde elas podem ser acessadas na sua versão mais atualizada.

O Sisagua reúne os resultados de testes que medem a presença de 27 agrotóxicos na água que abastece as cidades. As informações são enviadas por autarquias estaduais, municipais e empresas de abastecimento. A lei brasileira determina que os fornecedores de água no Brasil são responsáveis por realizar os testes a cada seis meses e apresentar os resultados ao Governo Federal.

Leia a reportagem sobre a contaminação da água nas cidades: "Coquetel" com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios

Outras Histórias



15.04.2019

"Coquetel" com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios

São Paulo, Rio de Janeiro e outras 1.300 cidades acharam agrotóxicos na rede de abastecimento. Dados do Ministério da Saúde revelam que a água da brasileira está contaminada com substâncias que podem causar doenças graves. Maioria dos agrotóxicos encontrados estão abaixo do limite máximo estipulado pela legislação brasileira, mas acima da União Europeia



12.04.2019

Conheça os 27 agrotóxicos encontrados na água que abastece as cidades do Brasil

ALACLORO O herbicida está na lista da Pesticide Action Network (PAN) avaliado como Altamente Perigoso. O atrazina é classificado pela União Europeia como uma substância com evidências de causar distúrbios endrócrinos, que afeta o sistema hormonal. Os sintomas da exposição ...



10.04.2019

Agricultores consomem agrotóxico porque fumam ao aplicar, diz ministra da Agricultura

Tereza Cristina não apresentou estudos para embasar afirmação feita durante audiência pública na Câmara dos Deputados. Chamada para explicar aumento de aprovação de agrotóxicos, Ministra defendeu a política e culpou agricultores pela sua aplicação



08.04.2019

Agricultores denunciam uso de agrotóxico como arma química em fazenda de Daniel Dantas

Ataque de sitiante a sem terra acampados em Fazenda do banqueiro em 2018 tem impactos na saúde até hoje. Para promotora de Morada, trata-se de "prática criminosa" e "sistemática"



05.04.2019

Ex-ministro da Saúde propõe decreto no Congresso para anular aprovações de agrotóxicos

Hoje deputado federal pelo PT, Alexandre Padilha diz que aumento anual de registros de agrotóxicos foi "decisão política": apenas esse ano foram aprovados 121 novos produtos

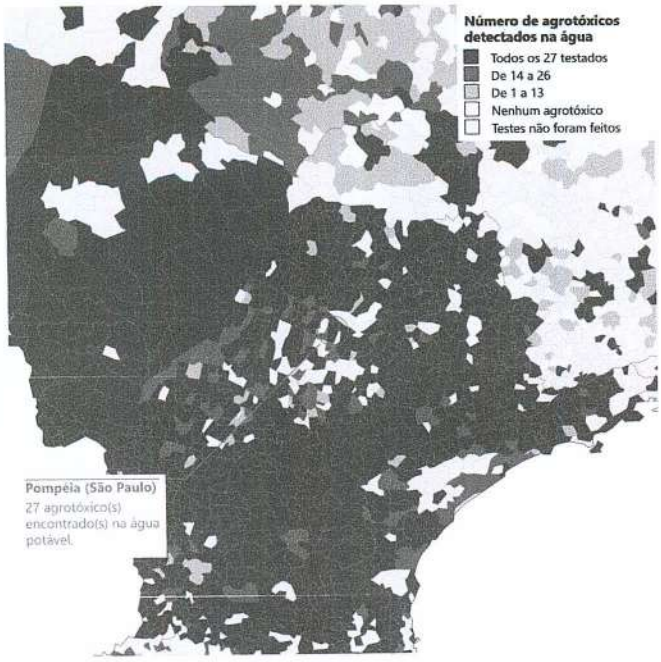


07.03.2019

Fim das abelhas? Cidade gaúcha de Cruz Alta perdeu 20% das colmeias

Apicultores dizem que crise começou no final do ano passado com uso desenfreado de agrotóxicos. Cerca de 130 milhões de abelhas morreram na cidade, um quinto do total de abelhas mortas no país

Número de agrotóxicos Concentração na água



Encontre o seu município

Qual município

Voltar para o mapa do Brasil

POMPÉIA

SÃO PAULO

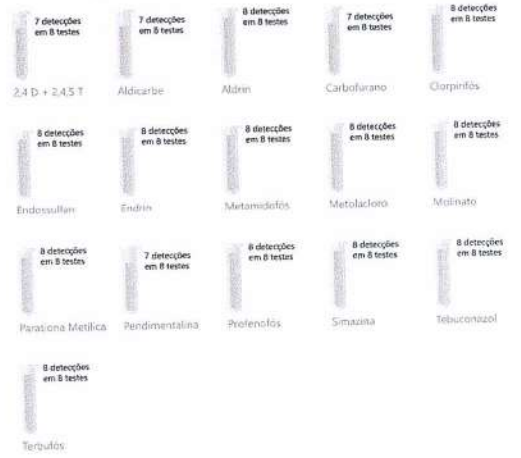
POPULAÇÃO	AGROTÓXICOS DETECTADOS
21.674	27

27 agrotóxico(s) detectado(s) na água que abastece Pompéia entre 2014 e 2017.

- 11 associado(s) a **doenças crônicas** como câncer, defeitos congênitos e distúrbios endócrinos



- 16 outro(s) agrotóxico(s)



Descubra também quantas substâncias foram detectadas acima dos limites legais na água em Pompéia.

Entenda: leia reportagem sobre a contaminação da água nas cidades.

Download

- Número de testes realizados por data na cidade de Pompéia (CSV).
- Número de testes e resultados por tipo de agrotóxico na cidade de Pompéia (CSV).

Fontes

- Detecção e concentração de agrotóxicos de 2014 a 2017 de acordo com dados de Controle do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA), do Ministério da Saúde. O mapa foi construído a partir de dados obtidos em abril de 2018 e não reflete atualizações feitas desde então. Baixe aqui a base completa enviada pelo Sisagua em abril de 2018.
- Estimativas da população: IBGE 2017 (FTP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2017.

Código disponível em **GitHub** - v1555657051

Código-fonte licenciado GPL 3

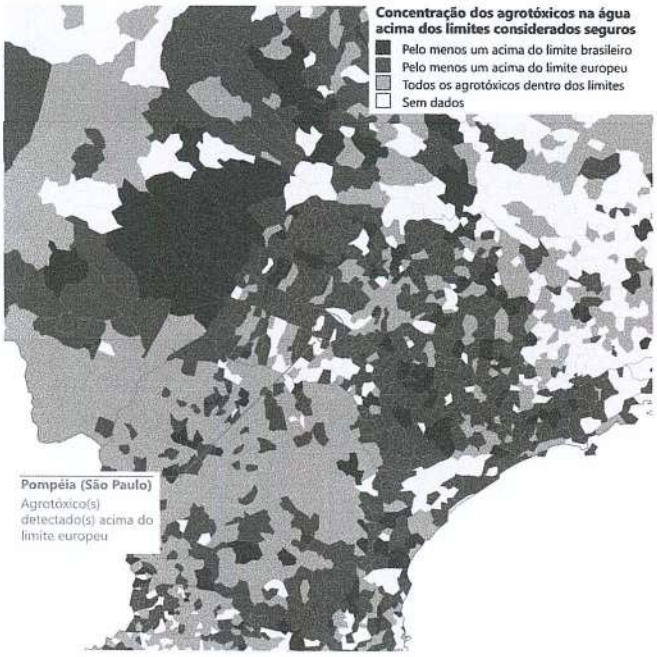
Metodologia

O mapa é fruto de uma investigação em conjunto realizada pela Repórter Brasil, Public Eye e Agência Pública. Os dados utilizados são do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), do Ministério da Saúde.

Além do número de agrotóxicos na água por cidade, os dados permitem também enxergar a concentração dessas substâncias, que é medida em microgramas por litro

Você bebe agrotóxicos? Descubra se a água da sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua

Número de agrotóxicos Concentração na água



Encontre o seu município

Qual município

Voltar para o mapa do Brasil

POMPÉIA

SÃO PAULO

POPULAÇÃO

21.674

0 agrotóxico(s) detectado(s) em concentração acima do limite considerado seguro no Brasil na água de Pompéia entre 2014 e 2017.

18 agrotóxico(s) detectado(s) acima do limite considerado seguro na União Europeia entre 2014 e 2017.



Descubra também o total de substâncias detectadas na água em Pompéia.

Entenda: leia reportagem sobre a contaminação da água nas cidades.

Download

- Número de testes realizados por data na cidade de Pompéia (CSV).
- Número de testes e resultados por tipo de agrotóxico na cidade de Pompeia (CSV).

Fontes

- Detecção e concentração de agrotóxicos de 2014 a 2017 de acordo com dados de Controle do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA), do Ministério da Saúde. O mapa foi construído a partir de dados obtidos em abril de 2018 e não reflete atualizações feitas desde então. Baixe aqui a base completa enviada pelo Sisagua em abril de 2018.
- Estimativas da população: IBGE 2017 (FTP). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.

Código disponível em **GitHub** - v1555657051
Código-fonte licenciado GPL 3

Metodologia

O mapa é fruto de uma investigação em conjunto realizada pela Repórter Brasil, Public Eye e Agência Pública. Os dados utilizados são do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), do Ministério da Saúde.

Além do número de agrotóxicos na água por cidade, os dados permitem também enxergar a concentração dessas substâncias, que é medida em microgramas por litro.

Assim, a reportagem elaborou os dois mapas acima:

O primeiro ("Número de Agrotóxicos") mostra a quantidade de substâncias detectadas em cada cidade de 2014 a 2017.

O segundo ("Concentração na Água") compara as concentrações detectadas no mesmo período com os parâmetros de segurança estabelecidos pela regulação do Brasil e da União Europeia.

O mapa e a reportagem analisam informações de 2014 a 2017. Os dados foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação em abril de 2018. O banco é atualizado [illegible] novas informações coletadas depois de abril de 2018 não estão no mapa. Depois que os dados foram enviados à reportagem, o Sisagua